



Respondendo a uma vontade própria, a desígnios internos vindos dos nossos associados, também a simpáticos reptos exteriores, desde logo do Primeiro Ministro de Portugal, que de maneira colaborante a tanto nos desafiava aquando do encerramento do nosso último Congresso, no Porto, a Associação Nacional de Municípios Portugueses decidiu celebrar, ao longo de um ano que agora se inicia, os 30 Anos de Poder Local Democrático.

Efeméride com certeza relevante na vida autárquica do País, sobretudo para os portugueses que, nos quatro cantos do continente, na Madeira e nos Açores, têm sido os nossos interventores privilegiados, afinal a razão única do nosso empenhamento na vida pública, decidimos, pois, comemorá-la de forma condigna e elevada.

Em festa, celebrando o passado, mas perspectivando, muito especialmente, o futuro.

E fazemo-lo conscientes de termos bem cumprido o essencial que a nós próprios nos obrigávamos e o interesse colectivo exigia, fazemo-lo seguros de termos alcançado, substantivamente, as metas que, desafiantes, eram a nossa obrigação, mas, por igual, nossa devoção.

E isto porque, quando falamos de Poder Local, nos reportamos a factos concretos, materiais, mas também a, para nós inabaláveis, sentimentos de serviço público.

Por um lado, prefigura-se-nos como inquestionável que desempenhámos uma enorme e importantíssima função na consciencialização política do País e na concretização da sua prática.

Por outro, da nossa acção – de que tanto nos orgulhamos – colheram os portugueses, na cidade grande ou na pequena aldeia, vantagens indesmentíveis que se constituíram em factores de qualificação de vida.

E só quem não tiver memória alguma pode questionar, sequer, o enorme salto que conseguimos alcançar, no País inteiro, em termos de bem-estar social, de desenvolvimento económico e de aprofundamento cultural.

Portugal, que de quase nada dispunha, está hoje, generalizadamente, dotado de infra-estruturas e equipamentos que garantem bem-estar.

Os portugueses, que viviam numa apagada atitude de não participação cívica no seu destino colectivo, têm disponíveis, hoje, todas as instituições para a sua realização individual em favor da comunidade.

O municipalismo e a ANMP – enquanto Casa Comum do Poder Local – têm, na realização de ambas, responsabilidades políticas enormes, que, assim, e agora, queremos celebrar.

Louvando desde logo, os tantos, e tantos foram, aqueles que, desde a primeira hora -- muitos dos quais já desaparecidos, não da nossa memória – foram nossos companheiros de caminhada.

Para todos o nosso profundo agradecimento, a nossa homenagem sincera.

Poder-se-á dizer que no decorrer de um já longo período temporal – são já trinta anos – tivemos, com certeza, algumas faltas e outras tantas falhas.

Mas – questionamo-nos e perguntamos – quem alcançaria cumprir integralmente quando são tantas as responsabilidades, as competências e as dificuldades, quem, sem qualquer exceção, asseguraria o pleno quando foram mais de meio milhão os portugueses que se entregaram já à missão sublime de cumprir o Poder Local?

A nossa História poderá não nos afirmar, nas nossas enormes exigências próprias, e absolutamente, como os melhores. Mas, para além desse desiderato inalcançável, assegura-se o inteiro cumprimento desse desígnio, responsabilizante, de continuarmos a ser, em cada Município, os Homens Bons que, desde tempos de antanho, afirmam a liberdade, garantem a dignidade humana das suas comunidades, asseguram o progresso a que, por igual, todos temos direito.

Portugueses de todos os credos e filiações partidárias, fizemos já um imenso -- e intenso -- percurso democrático na concretização e aprofundamento do Estado de Direito em que nos empenhamos. E assim prosseguiremos porque queremos ser, melhor, continuar a ser, esteios de realização política.

Temos consciência que, nos desafios de uma modernidade cada vez mais exigente, está chegada a hora de cumprirmos as novas e sempre crescentes demandas que as populações, no dia-a-dia, nos impõem.

Ganha que está, reconheça-se, a batalha das infra-estruturas básicas, urge responder, agora, a novas políticas de competitividade e de coesão social: as autarquias têm de ser, cada vez mais, o pivot de outras dinâmicas sociais, económicas e também políticas.

Temos de combater as assimetrias sociais, temos de afirmar um papel determinante na educação e na qualificação dos portugueses, temos de contribuir decisivamente para a competitividade, pois sobre nós recaem cada vez mais efectivas responsabilidades na concretização de um sistema político que, em benefício da democracia e da participação, nos cumpre aprofundar.

Nestes tempos de tamanhos desafios, queremos -- repetimo-lo -- celebrar o passado, com os olhos postos no futuro.

Desenhámos, assim, a âmbito nacional, uma programação vasta e abrangente, de que vos daremos conta de seguida.

De todos os Municípios, nossos associados, pretendemos que, localmente, as autarquias e as populações se juntem a nós, fazendo ainda maior a celebração.

Dos jornalistas, esperamos o acompanhamento que jamais nos regatearam.

Dos portugueses queremos a comunhão nos propósitos e no sentir de uma celebração que é de todos nós.

Assim, todos juntos, alcançaremos os grandes propósitos que, na responsabilidade histórica que impende sobre os nossos ombros, nos movem: o desenvolvimento integral e homogéneo do Portugal que é nosso, e que temos de fazer sempre maior.